

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA/MG
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 038/2018

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículo Tipo Van, com motorista, combustível e demais despesas para atendimento de pacientes com necessidades de tratamento e/ou consultas fora do município, conforme especificações disposto no **Anexo I** deste Edital.

APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES:
Dia 10/08/2018 das 08h00min h às 08h10min h

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL:
Dia 10/08/2018 às 08h11min h

LOCAL:

CONSULTAS AO EDITAL: Na sala da Comissão Permanente de Licitações, Rua Matias
Barbosa, 40 – Centro, Barra Longa/MG.

ESCLARECIMENTOS: Tele fax (31) 3877 5289

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG, com endereço à Rua Matias Barbosa, 40 – Centro, Barra Longa/MG, torna pública a abertura do **Processo Licitatório Nº 074/2018**, na modalidade **Pregão Presencial No. 038/2018**, do **tipo menor preço por item**, regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, Lei 8.666/1993 e bem como a Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006, e alterações posteriores e demais condições fixadas neste instrumento convocatório. Os trabalhos serão conduzidos pela servidora da Prefeitura Municipal, Valdimara Mol Romano, designada Pregoeira e a Equipe de Apoio.

1 – DO OBJETO

1.1 A presente Licitação tem por objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículo Tipo Van, com motorista, combustível e demais despesas para atendimento de pacientes com necessidades de tratamento e/ou consultas fora do município, oriundos da rede integrante do Sistema Único de saúde, conforme especificações disposto no **Anexo I** deste Edital.

1.2 O objeto deste convênio será custeados com recursos oriundos do Município e vinculados.

1.3 Área Solicitante: Departamento Municipal de Saúde.

2 – PRAZOS E CONDIÇÕES DE ASSINATURA DE CONTRATO

2.1 – O Município poderá, na forma do artigo 62 da Lei 8.666/93, substituir o contrato por outros instrumentos hábeis.

2.2 – O prazo para assinatura do contrato ou outro instrumento que o substitua é de cinco dias, contados da data da intimação, sob pena de o adjudicatário decair do direito de fazê-lo e incorrer em multa de até 5% do preço total do contrato.

2.3 – Decorrido o prazo de assinatura do contrato sem manifestação do adjudicatário, é facultado ao Município convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, devidamente atualizados, se for o caso, ou revogar a licitação.

3 – SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMTO

3.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da adjudicatária. Não sendo aceitas as justificativas pela Administração da BARRA LONGA, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a. Advertência.
- b. Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo no prazo máximo de 02 (dois) dias após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- c. Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- d. Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.

- e. Suspensão do direito de contratar e participar de licitação com a Administração Municipal de Barra Longa - MG pelo período de até 05 (cinco) anos.

3.2 – A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal nº 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

3.3 – A multa deverá ser recolhida à Administração da Prefeitura Municipal de Barra Longa no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data de recebimento da notificação.

3.4 – O valor da multa poderá ser compensado nos créditos porventura havidos junto a Administração Municipal.

3.5 – À licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de BARRA LONGA pelo período de até (05) cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e nas normas legais pertinentes.

3.6 – As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

3.7 – Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

4 – LOCAL ONDE PODERÁ SER EXAMIDO O EDITAL E SER ADQUIRIDO.

4.1 - O edital esta disponível com a Pregoeira, na Prefeitura Municipal de Barra Longa, na sala de Licitações e Contratos, no horário de 7h e 30min às 11h e 13h às 17h, de segunda a sexta-feira.

5 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar da Licitação as licitantes devidamente cadastradas no município ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento, observando a necessária qualificação.

5.2 - Poderão participar deste pregão empresas cujo objeto social seja compatível com o objeto licitado através deste edital e, também:

5.2.1 – Estabelecidas no país, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste edital e respectivos Anexos;

5.3 – As licitantes deverão apresentar, na data e horário previstos no preâmbulo deste edital, 2 (dois) envelopes devidamente fechados, contendo no envelope n.º 1, sua proposta comercial, e no envelope n.º 2, a documentação comprobatória da habilitação conforme solicitado neste Edital, sendo que, ambos deverão conter, na parte externa, além da razão social, CNPJ e endereço, com os seguintes dizeres:

Prefeitura Municipal de Barra Longa
Envelope nº 1 - "PROPOSTA COMERCIAL"
Processo Licitatório nº 074/2018
Pregão Presencial nº 038/2018

Prefeitura Municipal de Barra Longa
Envelope nº 2 "DOCUMENTAÇÃO"
Processo Licitatório nº 074/2018
Pregão Presencial nº 038/2018

5.4 – A DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo III do Edital deverá ser apresentada fora dos Envelopes nº 1 e 2.

5.5 – A PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO, no caso de procurador da empresa, conforme modelo estabelecido no Anexo IV do Edital ou o **CONTRATO SOCIAL**, no caso de representante legal da empresa, em ambos os casos deverá ser apresentado fora dos Envelopes nº 1 e 2.

5.6 – Não será admitida nesta licitação a participação de empresas nas seguintes condições:

5.6.1 – concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

5.6.2 – que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa ou por esta tenha sido declaradas inidôneas;

5.6.3 – que estejam reunidas em consórcio ou cooperativa; controladas, coligadas ou subsidiárias entre si; estrangeiras que não funcionam neste País.

6 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

6.1 - Os representantes das licitantes deverão se apresentar para credenciamento perante Pregoeira, devidamente munidos de:

a) O REPRESENTANTE LEGAL ou PROCURADOR deverá se identificar exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

b) **Tratando-se de procurador**, o estatuto social, contrato social cujo objeto social seja compatível com o licitado ou outro instrumento de registro comercial em vigor, registrado na Junta Comercial. Assim como o instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida do qual constem amplos poderes para praticar quaisquer atos durante todas as fases da Licitação, como apresentar proposta comercial e declaração de atendimento dos requisitos de habilitação em nome da Outorgante, formular verbalmente novas propostas de preços na(s) etapa(s) de lances verbais, manifestar-se imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar recurso, assinar a Ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo(a) Pregoeiro(a), enfim, tomar qualquer decisão pertinente ao certame em nome da Outorgante (ficando facultada a adoção do modelo contido no **ANEXO IV**), acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

c) **Tratando-se de representante legal** o estatuto social, contrato social cujo objetivo social seja compatível com o objeto licitado ou outro instrumento de registro comercial em vigor, registrado na Junta Comercial. Em se tratando de sociedades civis, o ato constitutivo

registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

d) Tratando se de pessoa física, documento oficial com foto e comprovante de residência.

6.2 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

6.3 - A ausência do representante devidamente credenciado importará a imediata exclusão da licitante na etapa de lances verbais.

6.4 - As pessoas interessadas, não credenciadas, poderão acompanhar as sessões de abertura dos envelopes, desde que não interfiram de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

6.5 - Será indeferido o credenciamento sempre que não forem apresentados os documentos necessários à identificação do interessado ou demonstrada sua condição de representante do licitante.

6.6 – Em se tratando de ME ou EPP, a comprovação dessa condição será efetuada mediante certidão expedida pela Junta Comercial ou documento emitido pelo Registro de Empresas Mercantis ou pelo Registro de Pessoas Jurídicas, devendo ser apresentado pelo representante quando do seu credenciamento, sob pena de não usufruir o direito de preferência instituído pela Lei Complementar no 123/06.

6.7 - O DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO DEVERÁ SER APRESENTADO E ENTREGUE EM SEPARADO.

7 – PROPOSTA COMERCIAL.

7.1 – A proposta deverá conter a especificação clara e detalhada do objeto a ser fornecido, de acordo com as exigências constantes deste edital e anexos, não se admitindo propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos:

- a. Datilografada ou impressa por processo eletrônico, redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.
- b. Número do Edital do Pregão e do Processo Licitatório;
- c. Razão social do licitante, endereço completo, número de inscrição no CNPJ, o número do telefone, fac-símile e e-mail, quando houver.
- d. Prazo de validade que deverá ser de no mínimo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação;

7.2 – A licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento escrito a Pregoeira, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

7.3 – Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.4 – Nos preços cotados deverão estar incluídos todas as despesas necessárias à execução do objeto desta licitação sem qualquer ônus para a Prefeitura, tais como: fretes, tributos, encargos sociais e previdenciários.

7.5 – A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

8 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E LANCES.

8.1 – No horário e local indicados neste edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

8.1.1 - Após os respectivos credenciamentos, o representante deverá apresentar Declaração de que Cumpre Plenamente os Requisitos de Habilitação, a teor do art. 4o, inciso VII, da Lei Federal no. 10.520, de 17.07.2002, assinadas pelo Representante Legal, sob pena de não ser credenciado para participar do certame. Anexo III ao Edital, fora do envelope de proposta e habilitação.

8.1.2 - Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por conseqüência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

8.2 – Para o julgamento das propostas escritas, será considerado o critério menor preço **por item**.

8.3 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste edital.

8.4 - As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a. Seleção da proposta de menor preço;
- b. A Pregoeira procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores à de menor preço;
- c. A Pregoeira determinar a participação de todos os proponentes, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas, **EXCETO VALORES ACIMA DA REFERENCIA**, objetivando ampliar a concorrência;
- d. Na hipótese de apresentação de propostas escritas com preço igual ao mínimo exeqüível, conforme determinado no item 8.5 deste edital, será utilizado como critério de desempate o sorteio.

8.5 - A Pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances verbais de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

8.5.1 - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

8.6 – Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

8.7 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8.8 - A Pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.9 - Após a negociação, se houver a Pregoeira examinará a aceitabilidade do menor preço decidindo motivadamente a respeito.

8.9.1 – A aceitabilidade será aferida a partir dos preços constantes do termo de referência constante destes autos.

8.10 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

8.11 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

8.12 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

8.13 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.14 – Caso a proposta apresente erros de soma e/ou multiplicação, a Pregoeira fará a correção dos cálculos e a proposta será aceita mediante expresso consentimento do proponente. Caso contrário, a proposta será desclassificada.

8.15 – A Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste edital, decidindo motivadamente a respeito. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital, a proposta será desclassificada.

8.16 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital.

8.17 – Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pela Pregoeira e licitantes presentes, ressaltando-se que poderão constar ainda as assinaturas da equipe de apoio, sendo-lhe facultado este direito.

09 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

9 - O envelope nº 02. HABILITAÇÃO deverá conter em seu interior os documentos relacionados abaixo em uma via, com cópias autenticadas ou acompanhadas dos originais:

9.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1.2 – Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.1.3 - Ato constitutivo, estatuto, contrato social e última alteração ou Alteração Contratual Consolidada em vigor, devidamente registrado, acompanhada da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.1.4 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.1.5 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2 - HABILITAÇÃO FISCAL

9.2.1 – Comprovante de inscrição no CNPJ;

9.2.2 – Certificado de regularidade do FGTS;

9.2.3 – Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal da sede da empresa licitante;

9.2.4– Certidão negativa de débitos com a Fazenda Federal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

9.2.5 - Certidão negativa de débitos com a Receita Estadual Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

9.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.” (NR) e Lei nº 12.440 de 07 de Julho de 2011

9.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

9.3.1- Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física.

9.3.2 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal: o modelo contido no **ANEXO V**.

9.3.3 – Comprovação da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a administração: fica facultada a utilização do modelo constante do **ANEXO VI**.

9.3.4. Comprovação de condição de micro empresa, mediante apresentação de comprovação de optante pelo simples, obtida através do sitio eletrônico do Ministério da Fazenda;

9.3.5. Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06.

9.4 - PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.4.1. Apresentar no mínimo 01(um) atestado de capacidade técnica de objeto compatível com o licitado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

9.5 - Quanto aos documentos deve-se observar o seguinte:

- a. Apresentados em originais ou cópias autenticadas em cartório; ou
- b. Apresentados em cópias simples, acompanhados dos respectivos originais, para verificação e autenticação pela Pregoeira, desde que os respectivos originais sejam apresentados à(o) Pregoeiro(a) ou à Equipe de Apoio para conferência com o original, até as 16h00min do dia anterior designado para o Pregão. A Administração Pública não autenticará nenhum documento no dia da realização do pregão;
- c. Não serão aceitos de forma alguma, documentos transmitidos por fac-símile;
- d. A apresentação dos documentos exigidos neste edital com prazo de validade vencido, na data de abertura do envelope “HABILITAÇÃO”, importará na inabilitação do licitante, não sendo tal falta suprível por protocolo de solicitação dos mesmos.
- e. serão aceitos documentos retirados via Internet, hipótese em que poderá ser verificada a autenticidade;

- f. Os documentos fiscais que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 30 (trinta) dias até a data de abertura do Pregão.

10 – ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

10.1 - É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **esclarecimentos** sobre o **ato convocatório do pregão** e seus **anexos**, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de **até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas**.

10.1.1 – Os esclarecimentos pretendidos serão dirigidas ao Pregoeiro, com encaminhamento através de e-mail licitacaobarralonga@gmail.com ou através de protocolo no setor de Licitação da Prefeitura Municipal de BARRA LONGA.

10.1.2 – Não serão respondidos questionamentos orais (através de telefone)

10.1.3. Os **esclarecimentos** deverão ser prestados no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, a contar do recebimento da impugnação.

11. PROVIDÊNCIAS / IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

11.1 - É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **providências** ou de **impugnação** ao **ato convocatório do pregão** e seus **anexos**, observado, para tanto, o prazo de **até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas**.

11.1.1 – A impugnação ou pedido de providências será dirigido a Pregoeira e encaminhada através de e-mail licitacaobarralonga@gmail.com ou através de protocolo no setor específico da Prefeitura Municipal de BARRA LONGA.

11.1.2. A decisão sobre o pedido de **providências** ou de **impugnação** será proferida pela **autoridade subscritora do ato convocatório do pregão** no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar do recebimento da peça indicada por parte da **autoridade** referida, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do **PREGÃO**.

11.1.4. O acolhimento do pedido de **providências** ou de **impugnação** exige, desde que implique em modificação(ões) do **ato convocatório do PREGÃO, além da(s) alteração(ões) decorrente(s)**, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

12 – RECURSO ADMINISTRATIVO

12.1 - Por ocasião do final da sessão, a(s) proponente(s) que participou(aram) do **PREGÃO** ou que tenha(m) sido impedida(s) de fazê-lo(s), se presente(s) à sessão, deverá(ão) manifestar imediata e motivadamente a(s) intenção(ões) de **recorrer**.

12.2 - Havendo intenção de interposição de **recurso** contra qualquer etapa / fase / procedimento do **PREGÃO**, a proponente interessada deverá manifestar-se imediata e motivadamente a respeito, procedendo-se, inclusive, o registro das razões em ata, juntando memorial no prazo de 3 (três) dias, a contar da ocorrência.

12.3 - As demais proponentes ficam, desde logo, intimadas para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do **RECORRENTE**.

12.4 - Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, a **PREGOEIRA** examinará o **recurso**, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente para decisão.

12.5 - Os autos do **PREGÃO** permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço e horários previstos no **subitem 4.1**. Deste **EDITAL**.

12.6 - O **recurso contra decisão do pregoeiro não terá** efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13 – ADJUDICAÇÃO

13.1 - A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor **recurso**, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo a **PREGOEIRA adjudicar** o objeto do certame à proponente vencedora.

13.2 - **Existindo recurso(s)** e constatada a regularidade dos atos praticados e **após a decisão do(s) mesmo(s)**, a **autoridade competente** deve praticar o **ato de adjudicação** do objeto do certame à proponente vencedora.

14 - HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Compete à **autoridade competente homologar o PREGÃO**.

14.2. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o contrato, respeitada a validade de sua proposta.

15 - DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO

15.1. O resultado final do **PREGÃO** será publicado na Imprensa Oficial do Município.

16 – DO PRAZO

16.1 – A prestação dos serviços deverá ser realizada em conformidade com as necessidades da administração em até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço/Fornecimento.

17 – PAGAMENTO

17.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias subsequente a emissão da nota fiscal. Devendo a licitante entregar as notas fiscais acompanhadas das ordens de compra/serviço no Departamento Municipal de Compras, Licitações e Contratos, da Prefeitura Municipal.

17.1.1 - Em caso de irregularidade(s) na(s) nota(s) fiscal(is) / fatura(s), o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização (ões).

17.2. Da retenção de INSS:

17.2.1 Das empresas **NÃO** optantes pelo Simples Nacional, será retido 11% sobre o valor bruto da NF dos serviços colacionados na IN RFB 971/2009, em especial aqueles previstos nos arts. 117 e 118. A alíquota está definida no art. 78, VI e art. 112.

17.2.2 Das empresas **OPTANTES** pelo Simples Nacional, será retido 11% sobre o valor bruto da NF dos serviços de construção, serviços de engenharia, vigilância, limpeza, conservação e advocacia, conforme determina o art. 191 da IN RFB 971/2009.

17.2.3 Os valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, exceto os equipamentos manuais, fornecidos pela contratada na execução do objeto do contrato poderão ser deduzidos na base de cálculo da retenção previdenciária, podendo adotar,

como base de cálculo da retenção previdenciária, os percentuais previstos no art. 122 da IN RFB 971/2009.

17.3 Imposto de Renda Retido na Fonte:

17.3.1 Será retido 1,5% sobre o valor bruto da NF dos serviços colacionados nos arts. 647 651 e 652 do Decreto Federal nº 3000 de 26/03/1999.

17.3.2 Será retido 1% sobre o valor bruto da NF dos serviços colacionados no art. 649 do Decreto Federal nº 3000 de 26/03/1999.

17.3.3 Ainda que optantes pelo Simples Nacional, o Imposto de Renda será retido conforme art. 158, I da CR/88 e LC 123/2006, art. 14.

17.4 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza:

17.4.1 Será retido o ISSQN das atividades econômicas estabelecidas na LC 116/2003, art. 3º, na alíquota definida no Código Tributário do Município de Barra Longa, conforme determina o art. 156, inciso III da CR/88.

18 – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

18.1 – Os preços ofertados são fixos e irremovíveis no período de vigência da proposta (60 dias).

18.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração de preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do Contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei Federal 8.666/93.

18.3 - Caso ocorra à variação nos preços, a contratada deverá solicitar formalmente a Prefeitura, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

19 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

19.1 - Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das dotações orçamentárias nº

33.90.39.00.2.05.01.10.301.1001.2.0011 FTE 00.01.02 – Manut. Ativ. Bloco Atenção Básica – BLATB e BLG;

33.90.39.00.2.05.01.10.301.1001.2.0011 FTE 00.01.49 – Manut. Ativ. Bloco Atenção Básica – BLATB e BLG; Próprias para o exercício 2018.

20 - PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

20.1 – Para os fins do disposto neste edital a expressão Pequena Empresa serve para se referir à Microempresa e à Empresa de Pequeno Porte, definidas no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06, cuja condição deverá ser comprovada durante a fase de CREDENCIAMENTO do Pregão Presencial.

20.2 - Para o exercício do direito de preferência de contratação, no pregão, proceder-se-á da seguinte forma:

20.2.1 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

20.2.2 - Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias;

20.2.3 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor;

20.2.4 - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante habilitado e declarado vencedor;

20.2.5 - após a apuração da menor proposta válida, observada a classificação das propostas até o momento, será assegurado às Pequenas Empresas o direito de preferência à contratação;

20.2.6 - A Pregoeira convocará a Pequena Empresa detentora da proposta de menor valor dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores em relação ao valor apresentado pelo proponente declarado vencedor, para que apresente nova proposta de preço inferior ao valor da melhor oferta inicial, no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência;

20.2.7 - Realizada nova oferta de preço inferior, nos termos do sub item anterior, o pregoeiro examinará a aceitabilidade desta, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

20.2.8 - Sendo aceitável a nova oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da Pequena Empresa que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias, observando o seguinte:

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que proponente for declarado vencedor do certame, observado o disposto no art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93;

b) A regularização da documentação fiscal, conforme disposto na alínea anterior, deverá ser efetuada mediante a apresentação das respectivas certidões negativa de débito ou positiva com efeito de negativa no prazo estipulado na alínea a deste sub item;

c) O prazo para regularização dos documentos mencionados na alínea b deste sub item não se aplica aos documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e econômico-financeira e ao cumprimento do disposto no art. 7º, XXIII, da Constituição Federal;

20.2.9 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, a Pequena Empresa será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;

20.2.10 - Se a Pequena Empresa não apresentar proposta de preço inferior ao valor da proposta ofertada pelo proponente vencedor ou não atender às exigências de habilitação, após o decurso do prazo estipulado na alínea "a" do sub item 20.2.8 deste edital, o pregoeiro convocará as Pequenas Empresas remanescentes, se for o caso, que estiverem na situação de empate a que se refere o sub item 20.2.6 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

20.2.11 - Caso não haja Pequena Empresa dentro da situação de empate ou não ocorra a apresentação de proposta de preço inferior ao valor ofertado pelo proponente vencedor ou não sejam atendidas as exigências documentais de habilitação, transcorrido o prazo estipulado no sub item 20.2.8 deste edital, se for o caso, a pregoeira adjudicará o objeto do certame ao licitante originalmente declarado vencedor;

20.2.12 - Após a aplicação do critério de desempate se houver o pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço;

20.2.13 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

20.2.14 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

20.3 - O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por Pequena Empresa.

21 - DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 – A autoridade competente do Município Barra Longa poderá anular e revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anular por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito do pregoeiro, devidamente fundamentado.

21.2 – A nulidade do processo licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei Federal nº 8.666/93.

21.3 – As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento da abertura do envelope correspondente, por escrito, quando serão registradas em ata, sendo vedadas observações ou reclamações impertinentes ao certame.

21.4 – A apresentação da proposta implica, por parte da licitante, observação dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.5 – Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Administração da Prefeitura Municipal de Barra Longa, comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.

21.6 – É facultado a Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.

21.7 - É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

21.8 - São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I - Projeto Básico;

ANEXO II– Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO III – Modelo de declaração de que atendimento aos requisitos de habilitação;

ANEXO IV – Modelo de declaração para credenciamento;

ANEXO V – Modelo de declaração que não emprega menor;

ANEXO VI – Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar e contratar com a Administração Pública;

ANEXO VII - Minuta de Contrato.

21.9 – As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no FORO da Comarca de Ponte Nova - MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21.10 - O quantitativo previsto neste edital é estimativo, podendo a Prefeitura requisitar o material em quantidade inferior ou superior ao estabelecido na Planilha constante do Anexo

21.11 – Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Lei Federal nº 10.520/02.

Barra Longa, 23 de julho de 2018.

Valdimara Mol Romano
Pregoeira Oficial

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Projeto Básico – Lei 8.666/93, art. 7º, § 2º, I

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículo Tipo Van, com motorista, combustível e demais despesas para atendimento de pacientes com necessidades de tratamento e/ou consultas fora do município, oriundos da rede integrante do Sistema Único de Saúde.

1. OBJETO RESUMIDO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículo Tipo Van, com motorista, combustível e demais despesas para atendimento de pacientes com necessidades de tratamento e/ou consultas fora do município, oriundos da rede integrante do Sistema Único de Saúde, conforme especificações.

2. OBJETO DETALHADO POR ITENS DE CONTRATAÇÃO

2.1. Locação de 01 (um) veículo automotor, com motorista, tipo "Van" , com capacidade de 1+15 passageiros, com as seguintes características: ano a partir de 2016, tipo furgão, com uma porta lateral corredeira, Ar condicionado, Ar quente, computador de bordo, conta giros, tacógrafo, direção hidráulica, barra de proteção lateral nas portas, breake light, cinto de segurança dianteiro retrateis de 03 pontos, freios ABS , saídas de emergências nas duas laterais.

2.2. Seguro total e substituição do veículo em caso de acidentes, defeitos mecânicos, reparo/troca de pneus, avarias ou revisão do veículo, lubrificação, tudo por conta da contratada.

2.3. Substituição do condutor em caso de ausências e incluso transporte, alimentação e todos os custos do mesmo, tudo por conta da contratada.

2.4. Gastos com combustível, assim como todo e qualquer gasto com o veículo inclusive multas, serão por conta da contratada.

2.5. Franquia mensal de 8.000 (oito) mil km, a prestação dos serviços se dará de segunda a sexta feira, levando usuários do sistema SUS para consultas, definido pelo Departamento Municipal de saúde, retornando com os mesmos após os Procedimentos que cada um for submetido.

2.6. A prestação dos serviços será suspensa após atingir a Franquia Mensal de quilometro rodados, o município não pagará por quilometro excedente.

ITEM	UN	Quantidade	Descrição
1	Km	96.000	Locação de Van por quilometro rodado, com motorista, combustível e demais despesas pela contratada, para transporte dos pacientes do Município de Barra Longa, usuários do SUS para as seguintes localidades: Belo Horizonte e Muriaé, com franquias mínima de 8.000 km mensal, pelo período de 12 (doze) meses, capacidade mínima: 15 passageiros.

3. JUSTIFICATIVA / MOTIVAÇÃO

Em atenção ao que dispõe a Constituição Federal, em especial o seu art. 196, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A Portaria GM/MS 399, de fevereiro de 2006 estabelece as diretrizes operacionais dos pactos pela vida, em defesa do SUS e de gestão,

compromisso entre os gestores do SUS em torno das prioridades que apresentam impacto sobre a situação de saúde da população e estabelece diretrizes para a gestão do sistema nos aspectos da descentralização, regionalização e financiamento.

A contratação de empresa especializada para locação de van, com motorista, para transporte de pacientes em tratamento, consultas e/ou exames fora do município, principalmente, para as cidades de Belo Horizonte e Muriaé, oriundos da rede integrante do Sistema Único de Saúde (SUS) devidamente, agendados pela Central de Regulação Municipal, visa atender às necessidades do Departamento Municipal de Saúde de Barra Longa - MG, garantindo dessa maneira o devido deslocamento dos pacientes, promovendo sua qualidade de vida.

Pretende-se com a contratação oferecer aos usuários municipais de Barra Longa um serviço resolutivo em tempo oportuno garantindo a integralidade do atendimento com efetividade do acesso por meio de serviço de transporte para tratamento fora do município.

O volume de pacientes em tratamentos, consultas e/ou exames nas cidades de Belo Horizonte e Muriaé tem aumentado, significativamente, nos últimos meses o que tem exigido o aumento da disponibilização de motoristas e veículos para realizar o devido transporte, onerando, sobremaneira, os gastos do Departamento Municipal de Saúde.

Com a locação de um veículo "tipo van" espera-se a redução nos gastos com transporte e ao mesmo tempo uma melhora na qualidade do serviço prestado ao munícipe, permitindo, inclusive, que alguns pacientes, quando houver indicação, possam se deslocar com um acompanhante.

Caberá à contratada realizar o deslocamento seguro do paciente previamente agendado pelo SUS de acordo com o protocolo de agendamento, do prédio da Policlínica Municipal em Barra Longa ao local de atendimento e garantindo o seu retorno ao endereço de origem.

4. CRONOGRAMA DE FISICO-FINANCEIRO

JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
8,33 %	8,34 %	8,33 %	8,34 %	8,33%	8,33%	8,34%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,34%

5. FORMA DE EXECUÇÃO

Após o término de cada período mensal, a Contratada elaborará relatório contendo os quantitativos totais mensais dos serviços efetivamente realizados. Diariamente, haverá o controle através de planilha de viagem diária.

As medições para efeito de pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

O valor devido referente à locação mensal no mês da entrega do veículo será calculado proporcionalmente aos km rodados, desde a data em que o veículo tiver sido entregue e aceito pelo Contratante até o último dia do mês.

Até o quinta dia útil do mês subsequente em que foram prestados os serviços, a Contratada entregará relatório contendo os quantitativo total mensal e os respectivo valor apurado.

O contratante solicitará à Contratada, na hipótese de glosa e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

6. SOLICITANTE

Unidade Orçamentária Solicitante
Departamento Municipal de Saúde

7. BENEFÍCIOS ESPERADOS

Universalização do acesso aos serviços de saúde conforme determina a Constituição Federal.

8. VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, mediante concordância das partes e interesse público, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses de acordo com o art. 57, II, da lei 8.666/1993.

A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, com antecedência de mínima de 60 (sessenta) dias.

No que tange ao aditivo de prazo contratual, se for do interesse das partes a prorrogação do contrato, o contratante vistoriará o veículo da contratada para verificar se persistem as mesmas condições comprovadas por ocasião da contratação.

Havendo prorrogação do prazo o veículo deverá ser substituído por veículo zero Km após 03 (três) anos de uso, exceto se o veículo prestar somente serviço ao Departamento Municipal de Saúde, onde deverá permanecer em perfeitas condições até o término do prazo contratual.

9. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Dotação
33.90.39.00.2.05.01.10.301.1001.2.0011 FTE 00.01.02 – Manut. Ativ. Bloco Atenção Básica – BLATB e BLG;
33.90.39.00.2.05.01.10.301.1001.2.0011 FTE 00.01.49 – Manut. Ativ. Bloco Atenção Básica – BLATB e BLG;

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Enviar mensalmente, junto com a Nota Fiscal dos serviços prestados, todas as Certidões Negativas de Débito exigidas no certame e o relatório das atividades desenvolvidas naquele mês.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos na forma deste contrato.

12. ORÇAMENTOS E VALOR ESTIMADO

ITEM	UN	Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	Km	96.000	Locação de Van por quilometro rodado, com motorista, combustível e demais despesas pela contratada, para transporte dos pacientes do Município de Barra Longa, usuários do SUS para as seguintes localidades: Belo Horizonte e Muriaé, com franquia mínima de 8.000 km mensal, pelo período de 12 (doze) meses, capacidade mínima: 15 passageiros.	R\$3,53	R\$338.880, 00

13. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
8,33%	8,34%	8,33%	8,34%	8,33%	8,33%	8,34%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,34%

14. COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

Estão incluídos no preço: Todas as despesas indiretas tais como tributos, fretes, seguros, alimentação, hospedagem, despesas de viagem e despesas inerentes à execução do objeto em geral.

15. FORMA DE PAGAMENTO

A contratada deverá apresentar, até o quinto dia útil de cada mês subsequente, as faturas/Notas Fiscais dos serviços realizados ao setor responsável pela fiscalização do contrato.

Para fins de prova da data de apresentação das contas e observâncias dos prazos de pagamento, será entregue a contratada, recibo assinado ou rubricado por servidor da contratante, com aposição do respectivo carimbo funcional.

A contratante pagará a contratada até 30 (trinta) dias após a apresentação da faturas/Notas Fiscais correspondente devidamente aceita pela contratante.

O pagamento de procedimentos indevidos, impróprios ou rejeitados, será debitado pelo Departamento Municipal de Saúde na fatura do mês seguinte.

Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa da contratante, esta garantirá a contratada o pagamento no prazo avençado no contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver na transferência do pagamento seguinte.

A contratada por meio de declaração, datada e assinada, fornecerá os dados bancários para depósito dos valores referentes aos serviços prestados, onde deverá conter o nome do banco, o número da agência bancária e a conta corrente.

16. ALTERAÇÕES DO CONTRATO

O(s) contrato(s) será(ão) reajustados anualmente de acordo com o IGPM.

17. GESTÃO DO CONTRATO

Gestor do contrato
Raquel Aparecida Gomes Gonçalves

18. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Fiscal do contrato
Edmar Aparecido

19. PENALIDADES

Conforme previstas nos arts. 86, 87 e 78 da Lei 8.666/93.

20. FORMA DE CONTRATAÇÃO

Submissão da proposta à livre concorrência, conforme Lei 10.520/2002, preferencialmente na modalidade pregão presencial.

21. FORMA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA

Menor preço por item.

22. REQUISITOS TÉCNICOS

- Pessoa Jurídica.
- Prova de inscrição no CNPJ.
- Prova de inscrição no município sede.
- Objeto social compatível com o objeto da licitação.

23. REQUISITOS FISCAIS

- CND unificada Federal.
- CRF FGTS.
- CND Trabalhista.
- CND Estadual.
- CND Municipal.
- Certidão negativa de falência e concordata.

Valdimara Mol Romano
Pregoeira Oficial

ANEXO II

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA – MG.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2018**

(NOME, SEDE SOCIAL, INSCRIÇÃO NO CNPJ/MF/CPF), por seu sócio-gerente/administrador abaixo-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria apresentar a seguinte proposta para *locação de veículo Tipo Van, com motorista, combustível e demais despesas para atendimento de pacientes com necessidades de tratamento e/ou consultas fora do município, oriundos da rede integrante do Sistema Único de Saúde*, conforme especificações disposto no **Anexo I** deste Edital, **abaixo descritos**, declarando estar de acordo com as disposições do Edital e Minuta de Contrato referente à licitação modalidade Pregão Presencial nº. 038/2018 realizada pela Prefeitura Municipal de Barra Longa, do tipo menor preço por item, conforme especificações a seguir:

Proposta Comercial

ITEM	UN	Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	Km	96.000	Locação de Van por quilometro rodado, com motorista, combustivel e demais despesas pela contratada, para transporte dos pacientes do Município de Barra Longa, usuários do SUS para as seguintes localidades: Belo Horizonte e Muriaé, com franquia mínima de 8.000 km mensal, pelo período de 12 (doze) meses, capacidade mínima: 15 passageiros.	R\$	R\$

Preço Total (extenso):

RAZÃO SOCIA/ NOME:

CNPJ/CPF :

ENDEREÇO:

TEL./FAX:

REPRESENTANTE LEGAL:

Cargo :

Local e data:

Assinatura: _____

ANEXO III

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2018**

(ENTREGAR FORA DOS ENVELOPES)

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL/

NOME: _____

CNPJ/CPF: _____

ENDEREÇO: _____

TEL.: _____

Pela presente declaramos, para efeito do cumprimento ao estabelecido no Inciso VII do artigo 4º da Lei Federal nº. 10.520 de 17/07/02, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do representante legal

ANEXO IV

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2018**

PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

(Entregar fora dos envelopes)

Pelo presente instrumento particular de procuração, a empresa _____, com sede _____ inscrita no CNPJ/ MF sob o nº _____, nomeia e constitui seu bastante procurador (a) o(a) Sr. (a) _____ portador (a) da cédula de identidade nº RG _____, e CPF

_____, a quem confere amplos poderes para representar perante o Município de BARRA LONGA na Sessão de Pregão Presencial nº 038/2018, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, formular lances verbais, negociar a redução de preços, desistir e interpor recursos, rubricar documentos e assinar atas, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRA, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da outorgante.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do representante legal (**reconhecida em cartório**)

ANEXO V

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2018**

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

RAZÃO SOCIAL/

NOME: _____

CNPJ/CPF: _____

ENDEREÇO: _____

TEL.: _____

DECLARAMOS, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não

emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do representante legal

ANEXO VI

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2018**

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO.

RAZÃO SOCIAL/

NOME: _____

CNPJ/CPF: _____

ENDEREÇO: _____

TEL.: _____

Declaramos a inexistência de fato impeditivo quanto à habilitação para participar neste Pregão, bem como estamos cientes de que devemos declará-los quando ocorridos durante o certame.

Por ser verdade, firmamos a presente sob as penas da Lei.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do representante legal

ANEXO VII

**MINUTA DE CONTRATO DE EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO.
CONTRATO Nº ____/2018**

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BARRA LONGA, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 18.316.182/0001-70, com sede na Rua Matias Barbosa, 40 – Centro, Barra Longa/MG, neste ato representado por seu prefeito municipal o senhor Elísio Pereira Barreto, de ora em diante denominado **SIMPLESMENTE CONTRATANTE.**

CONTRATADA

(qualificação da empresa e representante), de ora em diante denominado **CONTRATADA.**

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRESSUPOSTOS JURÍDICO-ADMINISTRATIVOS

1.1. O presente contrato decorre de procedimento licitatório nº 074/2018, modalidade Pregão Presencial n.º 038/2018, regido pelo disposto na Lei nº 10.520 de 17/07/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - A presente Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículo Tipo Van, com motorista, combustível e demais despesas para atendimento de pacientes com necessidades de tratamento e/ou consultas fora do município, oriundos da rede integrante do Sistema Único de Saúde, conforme especificações disposto no **Anexo I**, em conformidade com as características e especificações constantes do Pregão Presencial nº 038/2018 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1 - O presente contrato tem o seu valor total de _____ com os seguintes valores:

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

4.1. A vigência do presente contrato tem início na data de sua assinatura e vigorará por doze meses, ou até termine as quantidades contratadas, podendo ser renovado de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias subsequente a emissão da nota fiscal. Devendo a licitante entregar as notas fiscais acompanhadas das ordens de compra/serviço no Departamento Municipal de Compras, Licitações e Contratos, da Prefeitura Municipal.

5.1.1 - Em caso de irregularidade(s) na(s) nota(s) fiscal(is) / fatura(s), o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondentes(s) regularização (ões).

5.2. Da retenção de INSS:

5.2.1 Das empresas NÃO optantes pelo Simples Nacional, será retido 11% sobre o valor bruto da NF dos serviços colacionados na IN RFB 971/2009, em especial aqueles previstos nos arts. 117 e 118. A alíquota está definida no art. 78, VI e art. 112.

5.2.2 Das empresas OPTANTES pelo Simples Nacional, será retido 11% sobre o valor bruto da NF dos serviços de construção, serviços de engenharia, vigilância, limpeza, conservação e advocacia, conforme determina o art. 191 da IN RFB 971/2009.

5.2.3 Os valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, exceto os equipamentos manuais, fornecidos pela contratada na execução do objeto do contrato poderão ser deduzidos na base de cálculo da retenção previdenciária, podendo adotar, como base de cálculo da retenção previdenciária, os percentuais previstos no art. 122 da IN RFB 971/2009.

5.3 Imposto de Renda Retido na Fonte:

5.3.1 Será retido 1,5% sobre o valor bruto da NF dos serviços colacionados nos arts. 647 651 e 652 do Decreto Federal nº 3000 de 26/03/1999.

5.3.2 Será retido 1% sobre o valor bruto da NF dos serviços colacionados no art. 649 do Decreto Federal nº 3000 de 26/03/1999.

5.3.3 Ainda que optantes pelo Simples Nacional, o Imposto de Renda será retido conforme art. 158, I da CR/88 e LC 123/2006, art. 14.

5.4 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza:

5.4.1 Será retido o ISSQN das atividades econômicas estabelecidas na LC 116/2003, art. 3º, na alíquota definida no Código Tributário do Município de Barra Longa, conforme determina o art. 156, inciso III da CR/88.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1 - Os preços ofertados são fixos e irrevogáveis no período de vigência da proposta (60 dias).

6.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração de preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do Contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea "d" da Lei Federal 8.666/93.

6.3 - Caso ocorra a variação nos preços, a contratada deverá solicitar formalmente a Prefeitura, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

7.1 - As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta das Dotações Orçamentárias nº

3.3.90.00.2.05.01.10.301.1001.2.0011 FTE 00.01.02 – Manut. Ativ. Bloco Atenção Básica – BLATB e BLG;

3.3.90.39.00.2.05.01.10.301.1001.2.0011 FTE 00.01.49 – Manut. Ativ. Bloco Atenção Básica – BLATB e BLG;

Próprias para o exercício 2018.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - São obrigações da (o) Contratada (o):

8.1.2 - Cumprir e fazer cumprir as especificações gerais deste instrumento;

8.1.3 – Reconhecer os direitos da administração na hipótese de rescisão contratual prevista no artigo 77 da Lei 8.666/93.

8.1.4 – Executar os serviços de acordo com o edital e conforme apresentado na proposta, em até 30 (TRINTA) dias, contados do recebimento da ordem de compra.

8.1.5 - Manter durante todo o período de vigência do contrato as mesmas condições exigidas para habilitação.

8.1.6 - Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio ou de funcionário da contratada.

8.1.7 – Indenizar o Contratante pelos danos causados pela má qualidade dos serviços prestados.

8.1.8 - Durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, obriga-se a CONTRATADA a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

8.2 -São obrigações do Contratante:

8.2.1 – Efetuar os pagamentos na forma deste contrato;

8.2.2. Modificar unilateralmente o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

8.2.3 - Rescindir unilateralmente o presente contrato nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93.

8.2.4 - Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

8.2.5 - Acompanhar e fiscalizar todas as atividades da contratada pertinentes ao objeto a ser celebrado, o que não exime esta da responsabilidade por danos causados.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização e a análise da Prestação dos Serviços, estarão a cargo dos órgãos legalmente constituídos quando for solicitado pela Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG, sempre que entender necessário sem aviso prévio a contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

10.1 - O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas, caracterizará inadimplência, sujeitando a **CONTRATADA** às sanções enumeradas no artigo 87 da Lei 8.666/93 e às multas previstas neste instrumento

10.2 – Multas:

10.2.1 – No caso de excesso de prazos, a multa será de 0,3% (três décimo por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso;

10.2.2 - No caso de negligência, a multa será, no máximo, de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato.

10.2.3 - No caso do Contrato se conduzir dolosamente durante o fornecimento, a multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato.

10.2.4 – No caso de abandono dos serviços, além de outras combinações legais, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato.

10.3 – As multas serão automaticamente descontáveis de quaisquer créditos, devendo ser aplicadas por representação da administração e aprovação de Prefeito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

11.1 - À **CONTRATADA** é vedada a transferência no todo ou em parte deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO/PRAZO

12.1 – Os serviços serão prestados de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal, após emissão da ordem de serviços, emitida pela Divisão compras, o qual deverá ser entregue ao Departamento Municipal de Saúde, ou em qualquer endereço indicado na requisição/ordem de fornecimento, dentro dos limites do município, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da ordem de compra.

12.2 - O quantitativo previsto neste edital é estimativo, podendo a Prefeitura requisitar o material em quantidade inferior ou superior ao estabelecido na Planilha constante do Anexo I.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato ensejará sua rescisão nos termos dos artigos 77 e seguintes da Lei 8.666/93.

13.2 - Ficam reconhecidos os direitos da Administração, em caso da rescisão administrativa, previstas nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO

14.1 - A eficácia do presente instrumento está vinculada à publicação do extrato na imprensa oficial do Município, sendo esta de responsabilidade do contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO

15.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

15.2 - O contrato vincula-se as suas próprias cláusulas, ao Edital, às normas e princípios de Direito Público, as regras da Lei 10520/02 e 8.666/93, aplicando-se subsidiariamente as normas de Direito Civil.

15.3 - O regime jurídico deste contrato administrativo é instituído pela Lei 10.520/02 e 8.666/93.

15.4 - Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Nova, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.5 - E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, depois de lido e conferido pelas testemunhas abaixo.

Barra Longa, de _____ de 2018.

Município de Barra Longa
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas: 1. _____

2. _____

EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade: **Pregão Presencial N.º 038/2018**

Tipo: **MENOR PREÇO POR item**

Processo n.º: **074/2018**

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículo Tipo Van, com motorista, combustível e demais despesas para atendimento de pacientes com necessidades de tratamento e/ou consultas fora do município, conforme especificações disposto no **Anexo I**.

RECIBO

A Empresa _____ retirou este Edital de licitação e deseja ser informada de qualquer alteração pelo e-mail

_____ ou pelo fax: _____.

_____, aos ____/____/____

(Assinatura)

**OBS.: ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO À CPL
PELO FAX: (31) 3877 5289 OU PELO E-MAIL: licitacaobarralonga@gmail.com,
PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO.**